

## RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO II DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0001/2026

1 - Venho, respeitosamente, solicitar esclarecimentos acerca dos requisitos de habilitação econômico financeira previstos no item 8.2 do edital da Dispensa Eletrônica 001/2026. O objeto da contratação consiste exclusivamente no fornecimento de assinaturas digitais de softwares, sem prestação de serviços técnicos associados, sem risco operacional relevante e sem necessidade de mobilização de estrutura física, o que caracteriza um objeto de baixa complexidade e baixo risco. Nesse contexto, vale destacar que o § 5º do art. 53 da Lei 14.133/2021 estabelece que é dispensável a análise jurídica nas contratações de baixo valor e baixa complexidade. Considerando que o legislador reconhece expressamente a natureza simplificada dessas contratações, solicito confirmação sobre a pertinência da exigência de documentos típicos de habilitação econômico financeira de maior robustez. Assim, solicito esclarecimento quanto à necessidade de apresentação de:

- ☐ Balanço patrimonial,
- ☐ Demonstração de Resultado,
- ☐ Índices contábeis (LG, SG e LC maiores que 1),
- ☐ Demais demonstrações previstas no item 8.2.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133, a aplicação das regras de habilitação em contratações diretas deve ocorrer “no que couber”, de modo proporcional ao risco e à natureza do objeto. Uma vez que a contratação em questão não envolve execução continuada, não demanda capacidade técnica especializada e não expõe a Administração a risco financeiro relevante, solicito confirmação se tais exigências serão mantidas integralmente ou se haverá adequação às particularidades do objeto.

**Resposta:** Em atenção ao pedido de esclarecimento apresentado acerca das exigências de habilitação econômico-financeira previstas no item 8.2 do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 001/2026, cumpre esclarecer o que segue:

A Administração reconhece que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de assinaturas digitais de plataformas online, sem envolvimento de prestação de serviços técnicos

continuados, mobilização de estrutura física ou risco operacional relevante, tratando-se, portanto, de contratação de baixa complexidade e baixo valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, esclarece-se que, mesmo nas contratações diretas, a Lei nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de verificação das condições mínimas de habilitação do contratado, conforme dispõe o art. 72, parágrafo único, devendo tais exigências ser aplicadas “no que couber”. Nesse sentido, a exigência de qualificação econômico-financeira tem por finalidade resguardar a Administração quanto à capacidade mínima do fornecedor de cumprir as obrigações assumidas, ainda que o risco envolvido seja reduzido.

As exigências constantes do item 8.2 do Termo de Referência, tais como balanço patrimonial, demonstração de resultado e índices contábeis (LG, SG e LC), foram definidas de forma padronizada e objetiva, não configurando requisitos excessivos ou desproporcionais ao objeto, tampouco restritivos à competitividade, sendo compatíveis com o porte e a natureza da contratação.

Dessa forma, informa-se que as exigências de habilitação econômico-financeira previstas no item 8.2 do edital serão mantidas, por estarem em conformidade com a legislação vigente e atenderem ao princípio da segurança da contratação, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2026

De acordo,

**Priscila Karen da Silva Taranto**  
Agente de Contratação CREF3/SC